

IV Encontro nos Caminhos da Gestão Pública

Uma discussão sobre mercado de trabalho



CADERNO DE RESUMOS

04 e 05 de setembro 2017

Realização:



UFBA
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Apoio:

fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

SECRETARIA DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes Humanidades e Letras

CADERNO DE RESUMOS

IV Encontro Nos Caminhos da Gestão Pública: Mercado de
Trabalho na Gestão Pública

Cachoeira – Bahia

Setembro 2017

Comissão Organizadora

Coordenação Geral:

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro (UFRB)
Edgilson Tavares de Araújo (UFRB)
Lys Maria Vinhaes Dantas

Comissão Discente:

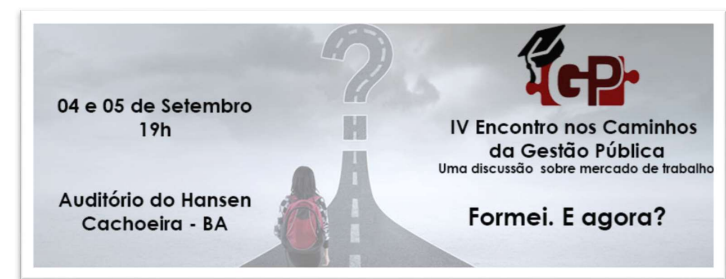
Anderson de Jesus da Silva
Caio Almeida dos Santos
Camila Santos da Silva
Daniel da Conceição de Souza
Danuza Santana dos Santos Chaves
Ícaro de Campos Reis
Islaine Jannaína dos Santos Silva
Janaiany Silva de Miranda
Kamila Ramos Conceição Santana
Larissa dos Santos Trindade
Patricia Lorenzo de Deus Cunha
Pedro Augusto Falcão de Jesus
Rosana da Cunha dos Santos
Tâmara Barbosa Oliveira
Valdelice da Conceição Santos
Wiler de Paula Dias

Ficha catalográfica:

IV Encontro Nos Caminhos da Gestão Pública (2017: Cachoeira, BA.)
Caderno de resumos [do] IV Encontro Nos Caminhos da Gestão Pública [arquivo legível por máquina] – Cachoeira: UFRB, 2017.
27 p.: il.

IV Encontro Nos Caminhos da Gestão Pública
<http://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/conteudo/540-iv-encontro-nos-caminhos-da-gestao-publica>

1. Iniciação científica. 2. Gestão Pública - Pesquisas. I. Encontro Nos Caminhos da Gestão.



APRESENTAÇÃO

O IV Encontro nos Caminhos da Gestão Pública, com o tema principal de discussão *Mercado de Trabalho na Gestão Pública*, é a quarta edição de uma proposta de atuação multidisciplinar do Colegiado do curso superior Tecnologia em Gestão Pública (CSGTP). Aberto à comunidade acadêmica e profissional do Recôncavo, o IV Encontro busca debater o mercado de trabalho na gestão pública, bem como os desafios enfrentados na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e sociais em nosso país. A programação inclui, para os dias 04 e 05 de setembro de 2017, das 19 às 23, conferência, apresentação (orais e em pôsteres) de pesquisas realizadas por alunos de graduação e pós-graduação, momentos culturais e uma exposição de atividades lúdicas sobre avaliação de políticas sociais.

Esse caderno de resumo traz a programação completa e detalhada do evento, assim como o resumo de cada uma das comunicações e relatos de experiência submetidos e aprovados.

Comissão Organizadora
Setembro de 2017



Programação 04/09/2017

Auditório do Hansen
Cachoeira - BA

18h00 - 19h00

Inscrições e Credenciamento

19h00 - 19h30

Boas vindas e Acolhidas

19h00 - 20h00

Exposição de posters de trabalhos realizados pelos alunos de Gestão Pública

20h00 - 20h30

Momento Cultural: Orquestra de Berimbau de São Félix

20h00 - 22h00

Palestra: Mercado de trabalho e o Gestor Público
Felipe Drumond Araújo (Associação Nacional de Profissionais do Campo de Públicas)
Palestrante: Convidado
Moderação: Edgilson Tavares

22h00 - 22h30

Sessão de Debates e Perguntas com a Plateia

Programação 05/09/2017

Auditório do Hansen
Cachoeira - BA

19h00 - 19h30

Feira de atividades lúdicas sobre Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais
Equipes desenvolvedoras da disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais
Lançamento da nova tecnologia de acompanhamento das atividades curriculares complementares (ACC)
Russenaide Rocha e Mateus Carvalho

19h30 - 20h45

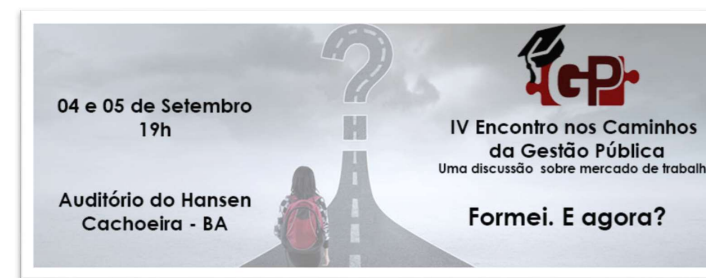
Sessão Formei. E agora? Relatos de Experiência
Elivandson Ribeiro, Franci Cruz, Iran Neves, Marta Silva e Ana Paula Melo
Moderação: Doraliza Monteiro

20h45 - 22h00

Mesa Redonda: Participação e Controle Social
Uescler Reis, Ana Paula Melo e Mailson Santos Pereira
Moderação: Daniela Abreu

22h00 - 22h30

Encerramento e Momento Cultural: Mari Brandão (Voz e Violão)



O REUNI E A UFRB – A POLÍTICA DE FATO E A POLÍTICA EM USO

BONFIM, Juliana Ferreira

SUMÁRIO

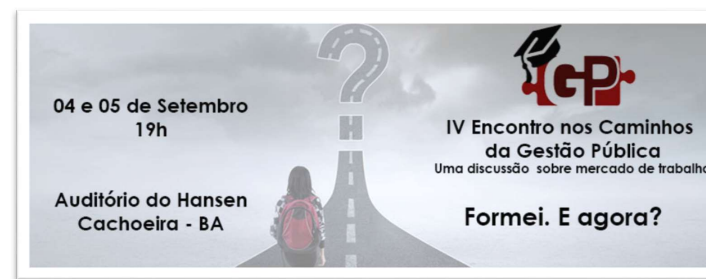
O REUNI E A UFRB – A POLÍTICA DE FATO E A POLÍTICA EM USO	8
PROPOSTA DE JOGO DIDÁTICO: “A TRILHA DO SABER”	10
A PARTICIPAÇÃO NA INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: O CASO DO COMITÊ DE BACIAS DO RIO PARAÍBA	11
POLÍTICA PÚBLICA ESPECIALIZADA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A DIFICULDADE DE EFETIVAÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	12
POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL: DESAFIOS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA	14
O PAPEL DA GOVERNANÇA REGIONAL NA EFETIVAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO ENTRE AS CIDADES DE CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MARAGOGIPE	16
DESAFIOS PARA O ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O CASO DA APAE DE MURITIBA-BA	17
GOVERNO ELETRÔNICO E GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DA USABILIDADE DO SITE MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CACHOEIRA.	19
OS DESAFIOS DA BUROCRACIA DE LINHA DE FRENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB/CAHL	20
ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CSTGP/UFRB.....	22
TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS.....	24

O Ensino Superior Brasileiro passou por inúmeras mudanças nos últimos anos. Dentre as que mais se destacaram encontra-se o REUNI, regulamentado pelo Decreto no 6.096/2007, que se tornou conhecido por ser o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O REUNI possuiu como principais metas a elevação das taxas de conclusão em cursos presenciais e a ampliação do quantitativo de alunos por professor. Este resumo apresenta um recorte do trabalho de conclusão de curso em Tecnologia em Gestão Pública, que objetivou demonstrar a implementação do REUNI na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, realizada pelos docentes sindicalizados à Associação de Professores Universitários do Recôncavo (APUR) a partir das vivências, perspectivas, interpretações e releituras sobre a Política. Para tal foram analisados os Boletins Informativos da APUR durante a greve docente de 2015. Os conceitos teóricos foram embasados na análise do ciclo de políticas públicas desenvolvida por Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006) que discorrem sobre três concepções de uma política pública – a política proposta, a política de fato e a política em uso. Foi realizada análise documental e de conteúdo nos seguintes documentos: Decreto nº 6.096 de 2007, Diretrizes Gerais do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2007), Plano de Adesão desenvolvido pela UFRB. (UFRB, 2007), 24 Boletins Informativos da APUR – referentes ao período 09.04.2015 a 08.10.2015. Para facilitar a análise e interpretação dos conteúdos coletados foram desenvolvidas duas planilhas: a primeira foi utilizada para a sistematização geral dos boletins e a segunda para a categorização individual de cada boletim. A planilha utilizada na categorização individual contou com 9 dimensões, 27 categorias e 67 subcategorias. Todos os recortes utilizados para a categorização foram extraídos dos Documentos Oficiais da política e de literaturas relacionadas à expansão da Educação Superior. Através das leituras dos Boletins foi percebido a existência de um relevante nível de discricionariedade exercido pelos atores sociais – representados na figura do docente implementador e sindicalizado – envolvidos no processo de implementação do REUNI, a forma de trabalho, as reivindicações, as pautas de greve, todo o discurso presente através dos Boletins Informativos. Os discursos percebidos durante o período de greve docente de 2015 foram, essencialmente, nos pontos que foram esquecidos pelo Decreto nº 6.096/2007. Dessa forma, apontou-se como principais motivos desencadeadores da greve a precarização da carreira docente e dos servidores técnico-administrativos, questões salariais e assuntos concernentes à autonomia universitária. Porém, o ponto mais debatido nos discursos dos docentes sindicalizados foi a defesa de uma educação pública de qualidade. Assim,



constatou-se uma notória falta de simetria entre os conteúdos encontrados nos Boletins Informativos, no Decreto nº 6.096/2007 e no Documento de Diretrizes Gerais que, seguindo a mesma vertente do Decreto, condiciona a base do Programa nos mesmos objetivos.

Palavras-chave: REUNI; posição de docentes sindicalizados; defesa de educação pública



PROPOSTA DE JOGO DIDÁTICO: “A TRILHA DO SABER”

CHAVES, Danuza; RAMOS, Kamila; LORENZO, Patrícia; OLIVEIRA, Tamara

A proposta de um jogo surge da necessidade de apresentar o conteúdo da disciplina de Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais de forma lúdica para facilitar a apreensão dos conceitos. Pensando nessa temática os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB desenvolveram um jogo de tabuleiro como estratégia didática, nomeado de “Trilha do saber”. A Trilha é baseada no Manual de Avaliação de Projetos Sociais do autor Eduardo Marino que aborda: Passo 1- Decisão sobre o foco da avaliação; Passo 2- Formação de equipe; Passo 3- Identificação dos interessados, das perguntas e dos indicadores; Passo 4- Levantamento de informações; Passo 5- Análise de fatos e informações; Passo 6- Elaboração do relatório e divulgação, este último fundamentará o jogo que tem por objetivo introduzir conhecimentos sobre as temáticas abordadas, bem como estimular e/ou complementar estudos sobre a disciplina para todos que tenham aspiração ao tema que expressa como elaborar um relatório, o que deve conter em sua estrutura e dicas sobre divulgação dos resultados da avaliação. O jogo consiste em reunir uma equipe com o mínimo de 2 e máximo de 4 jogadores. Cada participante recebe um peão (cone) que o ajudará a locomover-se no tabuleiro. A casa de nº 1 é um brinde de participação e é a partir dela que o jogador começa lançando o dado para definir qual será a ordem de participação que será inversamente proporcional ao número obtido, ou seja, quem tirar o número maior sai na frente e avança o número de casas correspondente no tabuleiro, dando início ao jogo. A posição do dado decidirá quantas casas o peão será deslocado, a casa sorteada definirá a tarefa a ser executada. Cada casa terá uma frase referente ao assunto, se ela for verdadeira, o jogador terá uma recompensa, se for falsa terá uma penalidade. Por exemplo, se na casa sorteada tiver a seguinte frase: "Os relatórios devem ser enxutos, de fácil compreensão e leitura", o jogador andará 2 casas porque a afirmação é verdadeira, se a frase for "O uso de imagens e gráficos dificulta a leitura dos dados" ele sofre penalidades como voltar ao início do jogo porque a afirmação é falsa. Vence quem chegar primeiro ao final do tabuleiro. Mas, afinal, todos ganham aprendendo e se divertindo. A elaboração do jogo permitiu tanto aos estudantes quanto aos jogadores relacionar a ludicidade ao aprendizado, possibilitando assim a absorção do conhecimento, além de favorecer a interação com o saber de forma simples e divertida.

Palavras-chave: Relatório; Estratégia Didática; Políticas Públicas.



A PARTICIPAÇÃO NA INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: O CASO DO COMITÊ DE BACIAS DO RIO PARAÍBA

MELO, Ana Paula dos Santos de

A água doce é um bem indispensável para a vida, porém é um recurso escasso, isto faz com que muitos conflitos sejam gerados. A busca por soluções para amenizar os problemas da seca no Nordeste vem ocorrendo desde o século XIX. O estado da Paraíba, que em sua grande parte está situada em região semiárida, sofre constantemente com as secas severas e com os diversos conflitos entre os usuários das águas sobre seus usos. Como forma de resolver os problemas da seca, muitas políticas públicas são formuladas e implementadas, buscando garantir à população o acesso à água de qualidade, dentre elas está o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que tem como principal objetivo aumentar a oferta de água no semiárido. O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - CBH-PB em relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, assim como estudar o conteúdo das atas de reuniões que discutiram a integração da água do rio São Francisco com a água do Rio Paraíba; verificar a atuação dos atores participantes no processo de discussão no âmbito do comitê e identificar as suas preocupações ambientais. Para tal, foram analisadas 17 Atas das reuniões, desde a primeira reunião realizada no ano de 2007 até o ano de 2016, além da realização de um estudo de campo exploratório, com a observação direta das atividades do comitê, através da participação da 1ª reunião extraordinária do ano de 2017. Apesar de muitos avanços nas reuniões do comitê, as questões ambientais e referentes às obras do PISF são pouco discutidas, assim como não há uma efetiva participação do comitê no processo decisório referente às obras da transposição, ficando evidente que é preciso um melhor posicionamento e atuação do comitê na gestão de recursos hídricos do estado.

Palavras-chave: Integração do São Francisco; Comitê de Bacias do Rio Paraíba; Semiárido



POLÍTICA PÚBLICA ESPECIALIZADA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A DIFICULDADE DE EFETIVAÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA

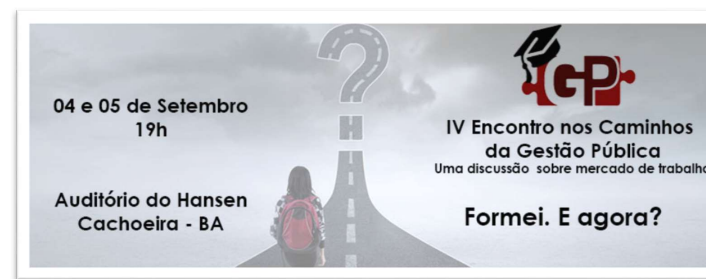
OLIVEIRA, Tamara Barbosa

O presente resumo sumariza Trabalho de Conclusão de Curso o qual foca as problemáticas das pessoas em situação de rua, ao contextualizar a exclusão social vivenciada na sociedade brasileira. Frente a este panorama, desvelam-se algumas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Inclusão Social para População em Situação de Rua, sobretudo, os desafios para a efetivação destas. O trabalho buscou analisar o contexto em que se inserem as populações em situação de rua no Brasil, e em paralelo traz as histórias de vida dos sujeitos que vivem de modo semelhante nas ruas de Santo Antônio de Jesus, uma cidade marcada pelo desenvolvimento econômico que concentra um notável número de pessoas vivendo em situação de rua. O TCC tem por objetivo geral avaliar os desafios para a efetivação das Políticas Públicas no município citado para a referida população e como objetivos específicos: identificar quais as políticas especializadas é ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS para a população em situação de rua; avaliar a oferta dos serviços oferecidos, a fim de alinhá-los às necessidades básicas dos usuários, e averiguar se existem projetos ou ações voltadas para a superação das dificuldades desse grupo. Para a análise, elaboração do material e efetivação dos resultados e discussões, foram utilizadas as políticas públicas voltadas a este segmento populacional além da fundamentação teórica, observação direta dos cotidianos da população alvo e entrevistas não estruturadas com os profissionais que prestam serviços sócio assistenciais a comunidade. Foi possível contar com seis pessoas, quatro em situação de rua e dois técnicos. No cenário atual de instabilidade, se inserem aqueles indivíduos que se mantêm à margem das relações trabalhistas e por esta razão necessitam da proteção social. Por não encontra lugar na sociedade atual regida pelo poder de consumo, nem compartilham das mesmas oportunidades que os demais membros sociais, acabam por vivenciar os espaços públicos como domínio privado e sofrem por falta de acesso a direitos básicos, o que os fazem passar por um doloroso processo de exaustão física e mental. Entre os diversos direitos garantidos pela Política Nacional de Participação Social-PNPS, estão: acesso amplo e seguro às políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, esporte, cultura, lazer, trabalho e renda. Com relação ao deslocamento, tempo de permanência na rua e os motivos que os levam a esta situação, verifica-se nas respostas que apenas um dos entrevistados é natural da cidade, os demais procedem de regiões circunvizinhas. O tempo de sobrevivência na rua, entretanto, varia entre um a cinco anos ou mais e os motivos, conforme se observa na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), estão relacionados a problemas com álcool, drogas, falta



de trabalho formal e vínculos familiares rompidos e/ou fragilizados. Desta forma pretende-se contribuir na socialização de informações quanto à existência dos serviços socioassistenciais disponíveis na referida cidade para a população em situação de rua, objetivando que este grupo social possa ter conhecimento de seus direitos, e conscientizar o poder público local a respeito da importância em aplicar as diretrizes direcionadas a esta população.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Política Pública. Exclusão Social.



POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL: DESAFIOS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA

PEREIRA, Mailson Santos

Este trabalho relata a experiência de controle social, a partir dos conselhos de políticas públicas, refletindo sobre a gestão participativa e apontando desafios para a efetivação da participação social nas decisões governamentais. O aparato legal brasileiro atual criou mecanismos que democratizam e incentivam a participação social na administração pública. Entre essas estruturas encontram-se os conselhos, cuja tarefa está relacionada ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Tais espaços colegiados costumam ser paritários entre a sociedade civil e o poder público, ou, a depender da política em questão e do seu desenho institucional, pode possuir maioria de representação da sociedade civil. Possuem caráter consultivo, deliberativo e/ou normativo, bem como, pode haver vinculação ou não de um fundo público sob sua responsabilidade de gestão. Na sua atuação profissional, estive acompanhando conselhos consultivos e deliberativos, no âmbito municipal e estadual, desde 2011, no Estado da Bahia, seja representando o poder público, seja na representação e/ou assessoramento da sociedade civil, na pauta das políticas públicas de juventude e da política de assistência social. No plano municipal, independente do caráter do conselho, um desafio percebido é o processo de participação da sociedade civil de forma efetiva, principalmente, nos municípios de pequeno porte, sem histórico de articulação social e mobilização da sociedade civil. Considera-se nesse ponto o histórico de coronelismo existente na Bahia, sua repercussão na articulação da sociedade civil, bem como, o não entendimento da importância da gestão participativa por parte das gestões locais, havendo vários municípios com legislação de seus conselhos inexistentes ou desatualizados, como também, conselhos existentes apenas no papel. No cenário estadual, o desenho da política e sua consolidação no rol das políticas públicas, assim como, o caráter do conselho, estabelecem a dinâmica de funcionamento e a efetividade ou não deste espaço. Políticas recentes, sem tanto lastro histórico, sem recursos específicos e com conselhos consultivos, como as políticas de juventude, enfrentam dificuldade para influenciar as decisões governamentais, os desenhos das ações e a alocação dos recursos públicos. Já as políticas mais consolidadas, com fundo específico e conselhos deliberativos, conseguem ter uma maior gerência no monitoramento e avaliação da política em questão, a exemplo da política de assistência social na qual as ações, projetos e serviços, além dos recursos e a prestação de contas precisam ser debatidos e deliberados pelo conselho. No que tange a alocação dos recursos, os conselhos, ainda que deliberativos, não tem sido considerados como atores importantes, de forma que, as propostas de peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) não têm sido encaminhadas para a devida apreciação desses colegiados. Referente aos conselhos de assistência social, alguns



acontecimentos recentes, em torno da pauta do Programa Primeira Infância no SUAS, tem afrontado a capacidade desses espaços exercerem sua função de controle social e terem suas deliberações aceitas/respeitadas, ao mesmo tempo em que, põe em questão/xeque a gestão participativa e o Estado Democrático de Direito. Considera-se que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu mecanismos importantes para a efetivação e consolidação da gestão participativa da administração pública, contudo, a implementação desses espaços é um desafio constante e cotidiano, frente às incompreensões da potencialidade e importância da gestão participativa; e frente aos desmandos do poder centralizador e dos processos de autoritarismos por parte de gestões municipais e estaduais que vão de encontro ao estabelecido na legislação federal vigente.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Controle Social, Gestão Participativa.



O PAPEL DA GOVERNANÇA REGIONAL NA EFETIVAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO ENTRE AS CIDADES DE CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MARAGOGIPE

PUREZA, Fabio Roberto Mução; OLIVEIRA, Leda Maria Soares de; SILVA, Marcelo Santana

A governança regional em circuito turístico é uma ferramenta de gestão que possibilita congregar os atores que diretamente ou indiretamente atuam na atividade turística, ou são por ela impactados. Entende-se governança como um processo negociado e participativo entre sujeitos com diferentes graus de autonomia, com diversidade de interesse público e privado favorecendo a relação de cooperação entre governo, agentes, organizações e cidadãos para estabelecer redes entre sujeitos e instituições. Este artigo buscou analisar o papel de uma governança regional na integração dos destinos turísticos de Cachoeira, Maragogipe e São Félix, observando a possibilidade de institucionalização do circuito turístico, bem como descrever a governança regional e como ela está configurada na região que compõe o circuito. O método de pesquisa qualitativa foi empregada, usando a metodologia de estudo de caso. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, sites e outros documentos, principalmente na análise dos aspectos gerais do tema abordado e também na complementação da apresentação e discussão dos resultados, sendo estes resultados mais embasados através da coleta de dados por meio de questionário semiestruturado e diálogo informal. Os resultados obtidos constatam que no circuito turístico analisado não existe governança regional institucionalizada, e isto decorre do fato apontado sobre o baixo nível de participação dos atores da atividade turística local, ou seja, nos destinos turísticos analisados, sendo isto considerado um entrave para formação de gestão colegiada regional turística. Fica evidenciado que, os dados pesquisados neste artigo, não dão conta de explicar qual seria o motivo que, apesar de existir uma vocação natural destas cidades para o turismo, os atores que estão ligados a atividade não consigam se articular e tenham uma participação mais efetiva na atividade turística local e regional, por tanto há necessidade de pesquisa complementar que possam apontar quais são os elementos que influenciam este tipo de comportamento presente no circuito turístico pesquisado.

Palavras-chave: Governança regional em circuito turístico; gestão colegiada; gestão do turismo



DESAFIOS PARA O ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O CASO DA APAE DE MURITIBA-BA.

REIS, Ueslei Alves

Ao longo dos anos, as instituições especializadas passaram por processos de transformações que caracterizam os desafios da participação e associativismo nesses espaços. A participação social representa a interação entre os atores das políticas públicas, em determinado contexto e como pensar soluções para o enfrentamento dos problemas que estão enraizados nas diversas instituições que impedem a continuidade dos serviços a serem ofertados. Os desafios que apresentam nas instituições especializadas geridas por familiares guiados pela necessidade de atendimento, voluntarismo e filantropia, como as APAES possuem peculiaridades em sua gestão, em suas formas de associativismo e participação dos atores envolvidos no processo. Muitas vezes, desviando-se da sua verdadeira “missão institucional”. Diante de tais perspectivas, para análise desses casos o recorte para o estudo em questão foi desenvolvido na instituição APAE do município de Muritiba-Ba, localizado no recôncavo da Bahia, e como esses incidem nos processos de participação e tomada de decisão, a partir dos seus diretores gestores. Utilizou-se metodologia de caráter qualitativo, por meio da revisão bibliográfica, análise de documentos (Estatuto Social, Atas de reuniões e Relatórios Anuais) essa pesquisa contou com a realização de 06 (seis) entrevistas semiestruturadas com gestores da instituição, sendo: 03 (três) membros da diretoria, 01 (uma) do Conselho de Administração, 01 (uma) Conselho Fiscal e 01 (uma) técnico que atua como gestor. A partir desses métodos foi possível identificar os desafios do associativismo e participação no seio desta instituição (APAE). Com os resultados da pesquisa de campo, identificado nas falas, dos atores que compõem as instâncias deliberativas da instituição, bem como algumas questões postas nos documentos analisados, foi criada 04 (quatro) categorias analíticas: 1 Participação de “fachada”; 2. Visão míope sobre sustentabilidade institucional; 3 Baixa capacidade associativa; 4 Baixa profissionalização da gestão e influência assistencialista no exercício do papel institucional. Tais categorias implicam nos desafios para a participação e associativismo da APAE de Muritiba. A partir dessas categorias, foram detectados problemas sejam internos e externos que a instituição a cada dia perde credibilidade, impactando em sua sustentabilidade, além de baixa relação associativa entre os grupos que compõem a APAE, os mesmos apresentam visões diferentes e confusas quanto a missão institucional, sejam técnicos e dirigentes e associados, percebe-se a gestão centralizada e pouco profissionalizada, baixa participação efetiva nos

processos de tomada de decisão. Dessa forma, a APAE Muritiba deve pensar a suas práticas e superar seus desafios para que possa dar continuidade às suas importantes atividades.

Palavras-chave: participação; associativismo; sociedade civil; APAE

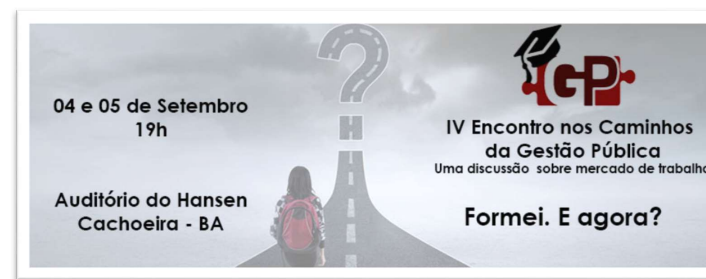


GOVERNO ELETRÔNICO E GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DA USABILIDADE DO SITE MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CACHOEIRA.

ROSADO, Shirlei Cruz

Usabilidade é um termo utilizado para definir o estudo ou aplicação de técnicas que tornam possível a facilidade de uso de um objeto, mais especificamente, um sítio eletrônico. Desta forma, a usabilidade tem por finalidade permitir que qualquer pessoa possa utilizar um sítio e que o mesmo funcione de acordo com a expectativa do sujeito que o acessa. Com o desenvolvimento de ferramentas viabilizadas pela Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC, muitas instituições, quer pública ou privada, têm adotado políticas que possibilitem uma comunicação mais rápida entre as Instituições e as pessoas que necessitam dos serviços por elas oferecidos. No âmbito da administração pública, tais ferramentas são utilizadas a partir do conceito de governo eletrônico, ou simplesmente e-gov que, por sua vez, é definido como a oferta e troca de informações e serviços governamentais online para cidadãos, empresas e outras agências do governo. Com a finalidade de ampliar o acesso de informações para o cidadão, de forma precisa, muitas agências governamentais buscam facilitar a comunicação, embasando-se, assim, no princípio da publicidade, através do desenvolvimento e aprimoramento de seus sites. Atentar para a questão da usabilidade ainda no processo de criação dos sítios é extremamente importante, pois, durante essa etapa, torna-se possível uma redução nos custos, pois requerem menos treinamento, suporte e manutenção, além de viabilizar uma redução no número de correções nas funcionalidades dos mesmos. O presente estudo tem como objetivo analisar a usabilidade do site da Prefeitura de Cachoeira, cidade localizada no Recôncavo Baiano. A análise do sítio foi feita entre os dias 20 de novembro de 2016 a 24 de fevereiro de 2017, tendo como base um modelo de análise elaborado por Bodart et al. (2015) e também pelo Estado de São Paulo, desenvolvido pelo TecGov (EAESP/FGV). O estudo constatou que existem grandes problemas no que tange a usabilidade a exemplo da inexistência da ferramenta de busca interna e comunicação pelo "Fale Conosco". Os resultados obtidos são importantes para o desenvolvimento de políticas e estratégias que possam oferecer aos cidadãos melhores condições de uso do site em questão, uma vez que a pontuação alcançada foi 44, e, a pontuação máxima é 78, pondera-se, portanto, que a pontuação obtida o coloca numa posição cujo nível é considerado de fraco a bom. Nesse sentido foi proposto melhorias para o portal eletrônico da Prefeitura Municipal da Cidade de Cachoeira.

Palavras-chave: Usabilidade, Governo Eletrônico, Gestão Pública, Novas Tecnologias de Comunicação e Informação.



OS DESAFIOS DA BUROCRACIA DE LINHA DE FRENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB/CAHL

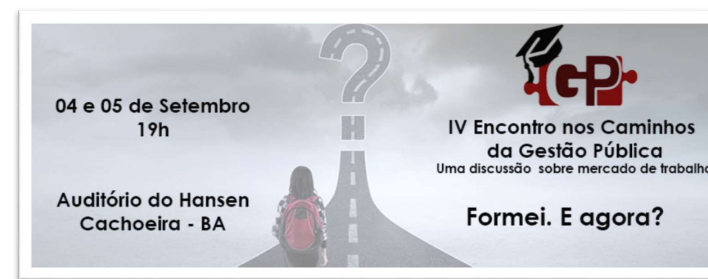
SANTOS, Fernanda Bastos

Este estudo trata da atuação do burocrata de linha de frente na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), instituição criada a partir das políticas de expansão e interiorização da educação superior, e consolidada após adesão ao Reuni, com o desígnio de atender principalmente à demanda social por educação na região. Entende-se que a democratização da educação só se concretiza se, além da expansão, for considerada a permanência do aluno até a conclusão de seu curso. A partir dos anos 2000 o Brasil vivencia a ampliação das ações governamentais promovem o aumento das oportunidades de ingresso nas universidades públicas, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que propõe viabilizar o acesso de alunos em vulnerabilidade socioeconômica e historicamente afastados da vida acadêmica. A inserção desse novo perfil de aluno nas instituições vem acompanhada de demandas e desafios, que são expressões reais da questão social emergidas do meio acadêmico. Enquanto estratégia de enfrentamento a tal questão e tendo em vista a permanência de alunos oriundos de escolas públicas e de famílias financeiramente menos favorecidas nas universidades públicas, o PNAES é institucionalizado, sob a forma de Decreto Presidencial, em 2010. Na UFRB, a implementação do programa se encontra sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Este trabalho tem como principal fonte, o profissional que se encontra na base de implementação política em contato direto com o beneficiário, denominado por Lipsky (1980), burocrata de linha de frente. Assim, foi analisada a implementação da PNAES, levantando os dispositivos da assistência da UFRB, focando na PROPAAE no CAHL. A operacionalização da pesquisa se deu através de pesquisas bibliográficas e documentais, bem como de realização de observação participante e entrevistas com um psicólogo, um assistente social e um técnico especialista em assuntos educacionais, burocratas de linha, implementadores do PNAES no núcleo PROPAAE/CAHL. As análises foram norteadas pelo modelo proposto por Dantas (2005), que tem como lastro das ideias de Lipsky (1980). Foram contrastadas as condições de trabalho e os padrões de prática propostos pelo autor, com a vivência relatada pelos profissionais e as estratégias de sobrevivência por eles adotadas. Os resultados sinalizam que na implementação do PNAES os burocratas de linha de frente lidam cotidianamente com



entraves que afetam diretamente sua atuação. A obrigatoriedade de executar um programa de grande demanda, tendo que lidar com o limite de recursos, com a precariedade na infraestrutura e por vezes com a falta de apoio da Pró-Reitoria. Como saída os profissionais apontam principalmente a necessidade que muitas vezes têm de transgredir as normas, regras, condicionalidades ou diretrizes previamente estabelecidas, ou mesmo criar alternativas outras para solução do problema. No entanto, é perceptível que ainda com as estratégias tomadas pelos profissionais a implementação da política em muitas vezes não se dá plenamente.

Palavras-chave: Burocracia de linha de frente; PNAES; implementação de política de assistência estudantil



ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CSTGP/UFRB

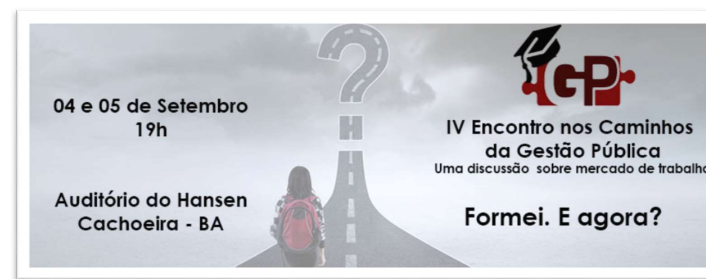
SILVA, Anderson de Jesus da

Este resumo apresenta resultados de um plano de trabalho de PIBIC voluntário, recorte da pesquisa *O perfil do “novo” aluno da educação superior e sua percepção sobre o curso superior tecnológico na UFRB: um olhar sobre o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública*. O plano de trabalho teve como proposta contrastar as estratégias de permanência utilizadas por discentes cotistas e não cotistas, analisando semelhanças e diferenças tendo como pergunta de partida: Que estratégias são adotadas por estudantes cotistas e não cotistas para permanecerem no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP)? A proposta de investigação parte do conceito de afiliação universitária, proposto por Alain Coulon, e o problematiza no contexto de políticas de cotas, no CSTGP. O trabalho tem como objetivo a quebra do paradigma da diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas, analisando suas estratégias de permanência no ensino superior, visto que o processo de democratização e expansão do ensino trouxe ao cenário acadêmico um novo público, propondo um levantamento das estratégias de permanência desse novo aluno junto ao aluno tradicional. Iniciamos a pesquisa com levantamento do referencial teórico, buscando o embasamento e o conhecimento na área para nortear a discussão do trabalho e análise dos dados encontrados na pesquisa. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, no período de 18 a 24 de julho de 2017, com 2 alunos cotistas e 2 não cotistas, num total de 4 alunos do CSTGP. Mediante o consentimento dos entrevistados e atendendo aos padrões éticos da pesquisa social, as entrevistas foram gravadas. Após o término das gravações, as entrevistas foram transcritas e os dados foram sistematizados em uma análise descritiva. No processo de sistematização dos dados as categorias Dificuldade e Estratégia, através do modelo de análise qualitativa, foram relacionadas e contrastadas em resposta à pergunta acima. Como resultado, foi observada a heterogeneidade nas estratégias. O fator socioeconômico e a falta de preparo escolar são as dificuldades vivenciadas pelos alunos cotistas, que utilizam estratégias como: trabalho temporário (Bico), bolsa de iniciação científica (PIBIC), assim como o foco nos estudos, para permanecer no curso. Já a principal estratégia dos não cotistas é, de certa forma, estudar, visto que é menor a vivência de fatores externos dificultando o processo de permanência. Vale salientar que mesmo em contextos distintos, os discentes cotistas e não cotistas adotam estratégias comuns, utilizando a ação “estudar” como regra para a permanência na academia. Essa heterogeneidade está relacionada às características do curso tecnológico pela diversidade de público. Durante o processo de levantamento de dados surgiram estratégias de um novo público que não é de certa forma o objeto pesquisado: os trabalhadores estudantes, com estratégias mais voltadas para conciliação



do trabalho e a faculdade. Esse novo público necessita de estudos na área para formulação de políticas de permanência para os mesmos. O processo de expansão do ensino significa um enorme avanço no cenário da Educação Superior brasileira, possibilitando a inserção de novos membros em um espaço antes elitizado. No entanto, devemos pensar para além do acesso, em mecanismos de permanência que possibilitem a estadia desse novo aluno.

Palavras-chave: Permanência estudantil; Democratização da educação superior; Cotistas na educação superior



TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

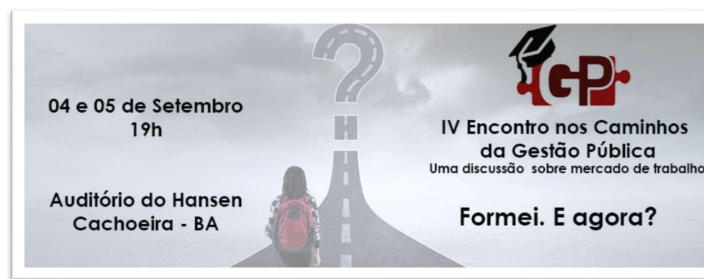
SILVA, Islane Jannaína dos Santos da; MIRANDA, Janaiany Silva de; TRINDADE, Larissa dos Santos, SANTOS, Valdelice da Conceição

Este trabalho apresenta um jogo didático produzido na disciplina de Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O propósito do trabalho é ensinar de forma lúdica alguns conceitos dentro da temática de monitoramento e avaliação de políticas públicas, para estudantes do ensino médio que não estão acostumados com o conteúdo. O jogo aborda os tipos de avaliação de políticas e programas públicos e sociais: formativa, somativa, ex-post, ex-ante, interna e externa. Para isso, fez-se uma releitura de um jogo já existente - Quem sou eu (rebatizado de Quem sou eu na avaliação); com a finalidade de facilitar a fixação do conteúdo, já que a execução é após uma aula. O jogo consiste em dividir a “turma” em 2 grupos e os componentes de cada grupo poderão selecionar ou sortear 3 representantes para jogar. Em seguida, os jogadores selecionados/sorteados ficarão separados de seu grupo e o aplicador da atividade deve sortear os tipos de avaliação para os grupos, dessa forma, cada grupo vai receber 3 cartelas adquiridas no sorteio, as quais explicam o tipo da avaliação de forma clara e com exemplos para facilitar o jogo. Depois, os grupos terão o tempo de 10 minutos para criar 3 dicas para cada um dos seus 3 jogadores, em relação aos tipos de avaliação. Após a elaboração das dicas, serão colados os tipos de avaliação correspondentes ao grupo na testa de cada jogador. Este terá, após receber a 1º dica, 30 segundos para dar o 1º chute de qual avaliação ele tem na testa. Se acertar, pontua e é a vez do jogador do grupo oponente, caso erre, se dará a 2º dica, errando, a 3º e última (esgotando-se, passa a vez para o próximo jogador). Os jogadores terão que obedecer às seguintes regras: os grupos não podem dar a resposta dentro da dica, nem soprar em nenhum momento a resposta ao seu jogador, se isso acontecer a equipe não marcará ponto e o jogador será eliminado; também não podem tirar o papel da testa para olhar, nem usar objetos com reflexo (ex: celular, espelho). Uma sugestão para os grupos é que, enquanto a equipe estiver formulando as dicas, os jogadores podem consultar suas anotações sobre o conteúdo que foi abordado na primeira sequência didática. Para elaboração do trabalho foram utilizadas as metodologias de avaliação, fundamentada nas pesquisas de RAMOS (2012) sobre conceituação de avaliação no Brasil, bem como os autores COTTA (1998) e TREVISAN (2008). Portanto, a formulação do jogo foi importante para a preparação dos graduandos em Gestão, pois através dessa experiência adquiriu-se a técnica de adaptar o mundo da Gestão Pública para públicos diversos. Entende-se que, principalmente na área de políticas públicas e programas é fundamental a interação entre os



gestores e os beneficiários, considerando que cada vez mais a administração busca a transparência e o controle social.

Palavras-chave: jogos didáticos; avaliação de políticas públicas; formação em gestão pública



ÍNDICE POR AUTORES

Autor(a)	Pg
BONFIM, Juliana Ferreira	8
CHAVES, Danuza	10
LORENZO, Patrícia	10
MELO, Ana Paula dos Santos de	11
MIRANDA, Janaiany Silva de	24
OLIVEIRA, Leda Maria Soares de	16
OLIVEIRA, Tamara Barbosa	10; 12
PEREIRA, Mailson Santos	14
PUREZA, Fabio Roberto Mução	16
RAMOS, Kamila	10
REIS, Uesclei Alves	17
ROSADO, Shirlei Cruz	19
SANTOS, Fernanda Bastos	20
SANTOS, Valdelice da Conceição	24
SILVA, Anderson de Jesus da	22
SILVA, Islane Jannaina dos Santos da	24
SILVA, Marcelo Santana	16
TRINDADE, Larissa dos Santos	24



www.ufrb.edu.br/gestaopublica